

par todos os componentes sociais em seus aspectos materiais e simbólicos. Pode-se citar, nesta linha, os trabalhos de Monique Augras (*o Duplo e a Metamorfose*), Michel Maffesoli, Muniz Sodré, José Carlos de Paula Carvalho, entre outros.

Enfim, um livro bem vindo pela sua atualidade e clareza.

Danielle Perin Rocha Pitta
Fundação Joaquim Nabuco

Francisco de OLIVEIRA. O elo perdido. Classes e identidade de classe.
São Paulo, Brasiliense, 1987. 134 pp.

Escrito em 1983, em Paris, o livro de Chico de Oliveira – nome como é conhecido nacional e internacionalmente o autor – O elo perdido representa por si próprio um elo do pensamento desse sociólogo pernambucano, ex-superintendente adjunto da SUDENE (antes de 1964, quando ainda muito jovem) e respeitado marxista. Representa um elo – evidentemente não perdido – do pensamento de Chico de Oliveira no sentido de que, para entender a obra, fica mais fácil se o leitor está familiarizado com a análise do autor em trabalhos anteriores como “As Hostes Errantes” (Novos Estudos CEBRAP, ano 1, nº 1), ou Elegia para uma Re(li)gião (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977) ou A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista (Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981, 4ª ed.). Além de que há um fio da meada, uma espinha dorsal naquilo que diz e escreve Chico de Oliveira. Pode-se não concordar com ele, pode-se criticar seu estilo nem sempre tão claro e inteligível quando poderia ser, pode-se apontar uma ou outra imprecisão conceitual em seus escritos; todavia, há consistência de idéias no trabalho de Chico de Oliveira. E é visível a paixão com que o autor desenvolve seu raciocínio, ademais de procurar sempre resgatar os deserdados da sociedade, as classes subalternas, as “hostes errantes”, as estirpes condenadas.

Em O Elo Perdido, Chico de Oliveira dá seqüência à interpretação dos problemas sociais e políticos da sociedade brasileira numa perspectiva de análise de classe. O objeto de estudo é a cidade de Salvador e, mais ao largo, a Bahia. Contudo, o cenário de fundo é a realidade brasileira, com alguma ênfase para peculiaridades do caso nordestino. Mas Chico de Oliveira nem escreve em nordestinês nem favorece aquilo que se tem chamado de “discurso nordestino”. Ao contrário, Chico de Oliveira combate a visão que privilegia um prisma estreitamente regional, preferindo salientar o quadro nacional como arcabouço do que interpreta. No seu entender, tendo-se dado a queda das barreiras inter-regionais a partir da década de 30 no Brasil, com a criação simultânea de uma economia “nacional” e de um Estado burguês (p. 32), desapareciam os motivos do que ele classifica como “ensimesmamento das regiões” (p. 41). Além disso, como discurso não classista, a retórica “nordestina” serviria ao jogo do conservadorismo, do domínio dos latifundiários, da preservação da (camuflada) divisão de classes existentes na região. Este não é bem o tema central do livro, muito embora a obra, que é classificada pelo autor como ensaio, no qual “o que se busca não é tanto a demonstração das hipóteses nele levantadas, mas a sugestão de pistas para o entendimento da questão principal” (p. 105), seja toda ela matizada pelo posicionamento marxista de denúncia do conservadorismo.

E qual é a “questão principal” da obra? Ela estaria, na própria expressão do autor, na pergunta: “há classes sociais em Salvador?” Tal indagação pode ser entendida quando Chico de Oliveira trata da opacidade da divisão e das relações entre as classes, a qual, no caso brasileiro e no de Salvador, seria “contemporaneamente de tal densidade que o trabalho teórico de dar-lhes transparência caminha no sentido inverso do movimento da história do capitalismo contemporâneo” (p. 10). Daí, a necessidade de compreender as relações entre as classes e suas identidades, tarefa que,

na obra, se faz em dois níveis, ou *démarches* – como prefere Oliveira –, a primeira, de natureza histórica e a segunda, buscando a materialidade em que se ancoram as classes objetivamente no processo de produção, a partir da nova divisão do trabalho iniciada nos anos 50 (pp. 13-14). Caberia aí a opção pelo método marxista de análise, segundo o autor, devido a ser o caráter antagônico dos interesses a base da possibilidade de transformação e produção das classes. Nessa perspectiva, não existiria no Brasil de hoje uma dependência da Bahia – e, por extensão, do Nordeste – em relação ao Centro Sul do país, e sim “uma complexa rearticulação de interesses à escala nacional [a qual] joga água no moinho do discurso não-classista, tanto para dominantes quanto para dominados” (p. 40). O discurso “nordestino” seria então, como justifica Chico de Oliveira, “a marca principal desses sujeitos in-definidos”¹ (p. 40).

Para refazer a compreensão da realidade, conviria considerar o “processo de re-presentação da re-produção”, dentro do qual se esconde “um dos impasses da teorização sobre a propriedade estatal em sistemas capitalistas de produção: como chamar o proprietário desse sujeito aparentemente coletivo?” (p. 73). É o caso ainda das burguesias proprietárias dos novos capitais na Bahia, que não apareceriam nem física nem socialmente, não sendo reconhecidas no contexto das relações de classe em Salvador, na Bahia, no Nordeste, uma verdadeira “face escondida” do universo social (p. 75). Esta face escondida se serviria da ideologia do discurso nordestino, com o qual se recobriria a oposição de interesses em relação às novas classes emergentes. Contribuindo para a camuflagem da face escondida, um fator tornaria real (p. 76) a não-oposição de interesses classistas, a saber: a criação, pelas novas atividades surgidas com a industrialização do Nordeste, de oferta de emprego capaz de diluir o conflito de classe entre os integrantes do mar de desempregados e as classes dominantes. Mascaram-se-iam aí, segundo Chico de Oliveira, as relações interclassistas.

A tônica de *Elo Perdido* pode ser percebida nessa preocupação com os conflitos de classe, sua representação (ou re-presentação), seu delineamento em termos claros e objetivos. Para o autor, não existiriam no plano político “re-presentantes” da nova burguesia baiana (p. 77), como não existiriam do operariado a qualquer nível (p. 84). Um problema de identidade de classe (“classe inacabada”) ocorreria também no chamado “setor informal” – que Chico de Oliveira considera como um conjunto não-homogêneo de atividades não-capitalistas no interior do setor capitalista e como uma fronteira para transformação em novas atividades capitalistas. Um problema de identidade que se manifestaria para os que integram a economia informal: “os trabalhadores do ‘informal’ estão colocados no último degrau do amplo proletariado, mas não são operários, tampouco podem ser assimilados aos capitalistas” (p. 94). Isto lhes rouba a possibilidade de identificação. Uma análise semelhante é desenvolvida a respeito das classes médias, as quais, em função da materialidade objetiva, são efetivamente uma não-burguesia, mas que, por força de um posicionamento bastante alto na estrutura social (baiana), terminam aparecendo com uma *super-representação* (p. 100).

1/ No texto do livro é constante o uso do hífen em palavras como re-presentação, re-produção des-solidarização, trans-formação, cuja grafia normalmente não possui esse sinal diacrítico. Segundo o autor, trata-se de consequência da base metodológica marxista usada na obra, e não pedantismo (p. 16). Mas, sem dúvida, a solução do hífen prejudica a leitura de quem imagina que os conceitos marxistas poderiam ser usados com os recursos da língua tal como esta se estrutura.

Dividido em cinco capítulos², o livro trata exatamente, no último, da “materialidade e simbolismo na representação dos interesses”. É aí que se deve buscar resposta à “questão principal” da obra (“há classes sociais em Salvador?”). Evidentemente que há classes sociais na Bahia. A dificuldade é que um “simbólico dissimulador” (p. 107), ligado ao mito da baianidade – como ao da nordestinidade –, no entender de Francisco de Oliveira, criaria problemas de identidade, de opacidade da divisão de classes. Tratar-se-ia do fenômeno de um cruzamento da materialidade da inserção das classes na divisão social do trabalho com o discurso da subjetivação dessa mesma materialidade, que impediria o mútuo reconhecimento das classes. É como conclui o autor (p. 121): “A existência de novas burguesias em Salvador é indiscutível do ponto de vista da materialidade dos capitais por elas controlados. Mas é menos evidente do ponto de vista de suas re-presentações”. Ou seja, a estratificação da sociedade, tal como se apresenta no caso de Salvador – “como de resto para todo o Nordeste” (p. 122) – evidencia uma “opacidade das relações inter-classes” que confundiria o analista, dificultando simultaneamente a passagem, no plano da política, “da estrutura social à re-presentação política” (p. 127). A contribuição de Chico de Oliveira reside exatamente aí, na tentativa de procurar compreender a natureza da organização social, tomando um caso concreto como exemplo. Nesse esforço, o autor termina por abordar a superação das classes pela “sociedade de massas”, em que se dá, pelo discurso da ideologia de “igualdade de todos perante o consumo” (p. 130), a produção de uma sociedade de classes sem identidade de classe.

Um ponto que o livro contém e que leva o leitor a indagar sobre o porquê de sua presença com o caráter repetitivo que exhibe, é a crítica de Chico de Oliveira à visão de Gilberto Freyre da sociedade brasileira. Em *O Elo Perdido*, com efeito, há pelo menos quatro referências, feitas com espírito claramente depreciativo, às teses gilbertianas. É quando o autor diz, na nota 4 da página 19, que, “com Casa-Grande & Senzala, [Gilberto Freyre] mistificará, com a miscigenação do branco, do preto e do índio, a sociedade patriarcal brasileira”. Do mesmo modo, à p. 23, quando refere-se à “reconstrução-deformação poético-açucarada de Gilberto Freyre”, afirmando logo em seguida, à p. 33 (nota 20), que a “docilidade” dos africanos é o epígono gilbertiano da “miscigenação”. Outra referência encontra-se na página 115, onde se afirma que “o recurso às deflorações e estupro da mulher negra forjou somente a posteriori o mito do tropicalismo à la Gilberto Freyre”. Não há por que um autor, tentando interpretar o Brasil, concorde com quem quer que seja. Cada um possui sua *démarche*, seu método, sua bagagem de influências intelectuais, filosóficas. Todavia, não é comum encontrarem-se expressões depreciativas de um autor aludindo à obra alheia de que discorda (Marx falando de Adam Smith, por exemplo). Certamente, Gilberto Freyre é polêmico no que diz. Mas as razões de Chico de Oliveira, em sua crítica ao autor de *Casa-Grande & Senzala*, parecem conter uma irritação pessoal que diminui seu trabalho. A despeito desse pecado, o livro é para ser lido e meditado.

Clóvis Cavalcanti
da Fundação Joaquim Nabuco

2/ Os cinco capítulos do livro versam sobre: 1 – do método no estudo das classes; 2 – Salvador: breve histórico antes da industrialização; 3 – o processo de industrialização a partir dos anos 50; 4 – classes e representações de classes; 5 – materialidade e simbolismo na representação dos interesses.